
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

ARQUEOLOGIA DISTÓPICA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LÓGICA DO CAPITAL NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Nicolas Zorzin*

RESUMO

Desde os anos 1980, a privatização do setor arqueológico espelha seu contexto político-econômico. Depois da crise financeira de 2008 e de seus efeitos devastadores na comunidade profissional, este sistema tem sido objeto de crescentes críticas. O objetivo deste artigo é demonstrar a configuração altamente problemática da arqueologia privada para seus praticantes, para a cultura material e para a vasta maioria do público. Os sistemas da arqueologia em vários países são explorados, incluindo Canadá, Austrália e Japão. Uma mudança radical da lógica dominante do capital, no sentido de alternativas cooperativas e colaborativas, viáveis a longo prazo e reconectadas às pessoas no presente, é sugerida como uma alternativa mais factível.

Palavras-chave: Arqueologia comercial, gestão do patrimônio cultural, Austrália, Canadá, Japão.

ABSTRACT

Since the 1980s, privatization of the archaeological sector mirrored its contextual political economy. After the financial crisis of 2008, and its devastating effects on the professional community, this system has been subject to more and more criticism. The aim of this paper is to demonstrate the highly problematic setup of privatized archaeology for practitioners, material culture, and the vast majority of the public. The archaeological systems in a number of countries, including Canada, Australia, and Japan are explored. A radical change from the dominant logic of capital, towards cooperative and collaborative alternatives, viable in the long-term, and relinked to people, in the present is suggested as a more feasible alternative.

Keywords: Commercial archaeology, cultural heritage management, Australia, Canada, Japan.

* Fernand Braudel Research Fellow, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (Maison Archéologie Ethnologie), Paris, France. E-mail: nicolas.zorzin@mae.u-paris10.fr

POR UMA ECONOMIA POLÍTICA NA ARQUEOLOGIA

Gostaria de começar este artigo com uma citação do economista francês Thomas Piketty (2013:942):

A evolução dinâmica de uma economia de mercado e de propriedade privada, abandonada a si mesma, contém forças de convergência importantes vinculadas, em particular, à difusão de conhecimentos e habilidades, porém, também, forças de divergência poderosas e potencialmente ameaçadoras para nossas sociedades democráticas e os valores de justiça social em que estão baseadas.

Piketty sugere que, apesar de algumas contribuições positivas, a economia de livre mercado e o processo de privatização iniciado na década de 1970 minavam as sociedades democráticas e a justiça social. Como reação a este fenômeno do capitalismo tardio, Piketty (2013:946) sugere que é imperativo que os cientistas sociais se comprometam e contribuam mais com o debate social. Neste sentido, penso que os arqueólogos devem empreender (ou ao menos, influenciar) a escolha das estruturas, instituições e orientações específicas da economia política para a gestão do patrimônio (SMITH, 2000:310). Hoje em dia, a arqueologia está integrada, cada vez mais, na gestão do patrimônio cultural (em inglês *cultural heritage management* - CHM), cujas políticas são definidas por agências estatais, porém influenciadas por grupos de pressão corporativos apoiados pelas novas diretrizes de formação profissional no currículo acadêmico e por novas tendências de redução de custos de gestão nas universidades, aplicadas nas empresas arqueológicas privadas, com desejo de lucro; estas políticas, portanto, estão influenciadas por uma mentalidade comercial “estrita” (BERGMAN & DOERSHUK, 2003: 85-97; SHEPHERD, 2007:110). Neste artigo busco desconstruir a economia política da prática da arqueologia em diferentes partes do mundo para entender suas implicações diretas nas comunidades. Sustenho que separar o debate sobre a prática da arqueologia de seu contexto sócio-político é, hoje em dia, uma opção prejudicial para os arqueólogos e as pessoas.

UMA DÉCADA DE OBSERVAÇÃO E ESTUDOS DA ARQUEOLOGIA EM QUEBEC (CANADÁ), VITÓRIA (AUSTRÁLIA) E JAPÃO (2003-2013).

Antes do início da crise financeira e econômica em 2007-2008 tive experiências de primeira mão com a arqueologia comercial e de resgate enquanto trabalhava como profissional em Quebec. Desde então, minha investigação tem se centrado em entender a organização dessas estruturas arqueológicas em diferentes partes do mundo; este processo requereu contextualizar a prática da arqueologia no setor mais amplo da gestão do patrimônio, onde cada país possui suas próprias especificidades. Um elemento, no entanto, manteve-se constante e parecia recorrente nos problemas que ocorrem na prática da arqueologia: as tensões entre os incentivos financeiros e éticos que enfrentam os arqueólogos, os empresários e os organismos governamentais. Os resultados de minhas investigações (ZORZIN, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2013, 2014a, 2014b) mostram que as restrições e regulamentações

econômicas obrigam a muitos no sistema arqueólogo/empresarial a negociar seu compromisso com um resultado científico, ético e socialmente significativo. Porém, como se chegou a isto? Por que? Para quem? Em que medida estas concessões se estão fazendo em diferentes partes do mundo? Como a estrutura econômica da profissão incrustada no capitalismo tardio afeta a forma como produzimos resultados arqueológicos, a natureza destes resultados e os significados atribuídos a estes? Como poderia ser mudado, amplificado ou, simplesmente, eliminado o significado de diversos resultados se a estrutura econômica fosse diferente?

Os acadêmicos e os profissionais iniciaram um processo de reflexão sobre as relações entre a economia e a arqueologia a começos da década de 1980, quando apareceram as primeiras estruturas comerciais da arqueologia de contrato (Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Espanha). Estas estruturas diferenciaram-se das estruturas arqueológicas acadêmicas ou governamentais anteriores em seus meios (financiadas por empresas) e objetivos (resgate e/ou registro). Esta transformação em uma indústria com fins lucrativos foi criticada, mas só nos últimos anos, e depois de quase quarenta anos de arqueologia comercial temos a distância temporal necessária para começar a entender suas consequências negativas (SHANKS & MCGUIRE, 1996; DARVILL *et al.*, 2002; BERGMAN & DOERSHUK, 2003:95) e alguns de seus resultados construtivos (BRADLEY, 2006).

Os estudos recentes tem demonstrado que algumas preocupações estavam bem fundamentadas e que todo o sistema era prejudicial para a prática arqueológica e para o público. Um destes estudos foi feito por Paul Everill (2012; ver também EVERILL, 2007) no Reino Unido e tem por título, acertadamente, *Os escavadores invisíveis*. Vários trabalhos tem questionado e desafiado a configuração econômica capitalista como uma opção viável para a prática de uma arqueologia ética e significativa, o que demonstra a inadequação do processo de comercialização da arqueologia (HAMILAKIS & DUKE, 2007; SCHLANGER & AITCHISON, 2010; GNECCO & LIPPERT, 2015).

O projeto de pesquisa

Desde 2007 tenho pesquisado a situação da arqueologia no Canadá, na Austrália e no Japão (ZORZIN, 2010, 2011a, 2011b, 2012, 2013, 2014a, 2014b). No presente artigo sintetizo alguns dos resultados destes projetos. Estes resultados baseiam-se em trabalhos de campo etnográfico que levei a cabo durante um período de 15 meses e que envolveu 117 entrevistados, muitos dos quais são atores chaves em cada país, estado e província.

Ainda que a arqueologia comercial ou de contrato tenha características distintas nos contextos nacionais que apresento, esta se desenvolve dentro da mentalidade econômica neoliberal que se reforçou na década de 1980. Um dos exemplos mais avançados desta conversão da arqueologia de contrato aos princípios neoliberais observa-se em Vitória (Austrália), onde não só a totalidade do trabalho de campo arqueológico tem sido privatizada, senão que uma nova onda de reformas estatais tem agora a intenção de transferir esta mentalidade econômica, codificada legalmente, aos povos indígenas.

Em Quebec ocorreu o mesmo processo com a privatização da arqueologia de contrato. O contexto histórico particular desta província de fala francesa criou as condições para a implementação de um sistema de intermediação para a arqueologia no qual a sua prática é controlada por empresas privadas, porém o governo provincial segue desempenhando um papel importante (sobretudo financeiro). Além disto, surgiram alternativas locais, incluindo experiências orientadas ao público, às vezes controladas pelos indígenas.

Por último, contrastando com os casos anteriores, no Japão ainda funciona um sistema estatal — outros exemplos são a França, a Itália e, parcialmente, a Alemanha e a Grécia. No entanto, um exame mais detido revela que a mesma tendência à privatização está ocorrendo no Japão, mesmo que não de uma forma direta e estrutural. Esta conversão efetuou-se através de reformas internas que tem transformado os serviços públicos arqueológicos em provedores de serviços público-privados, estreitamente ajustados às necessidades dos empresários e do imperativo do crescimento financeiro.

UMA ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA MERCANTILIZADA AVANÇADA: O CASO DE VITÓRIA (AUSTRÁLIA)

A organização atual da arqueologia em Vitória é o resultado da transformação progressiva do marco jurídico de acordo com os princípios neoliberais globais iniciados na década de 1980 (ZORZIN, 2012:75-76) e de um forte marco teórico processual (SMITH, 2004:34). Esta combinação de fatores tem como resultado a criação de certo tipo de governamentalidade ou "tecnologia de governo" (SMITH, 2004:184) que se materializa na criação de uma "próspera indústria arqueológica" privatizada (ULM *et al.*, 2013:38). Os 35 arqueólogos que entrevistei em Vitória (de um total de 200 ativos no Estado) em 2012 destacam que esta "indústria" está em crescimento e que é rica e prolífica (em termos de geração de dados e relatórios); contudo, também me disseram que enfrenta desafios relacionados com o cumprimento das normas e da ética de seu trabalho. Os arqueólogos não têm tido espaço para considerar as implicações socioeconômicas, simbólicas e históricas de suas atividades sobre a vida diária das pessoas, sejam brancas, aborígenes ou de outra descendência étnica (ZORZIN, 2012:75-76).

Marcos legais e reformas neoliberais em Vitória

A arqueologia de campo em Vitória foi privatizada em 1983 em função da reestruturação da economia da Austrália e da adoção de novos princípios orientadores da gestão relacionados com redução de custos e "eficiência ótima" (WESTERN *et al.* 2007:401-402; ZORZIN, 2012:75-76). O Serviço Arqueológico de Vitória foi dividido em duas entidades: (a) uma agência estatal de gestão do patrimônio que consta de dois departamentos, Assuntos Aborígenes de Vitória (AAV, por sua sigla em inglês), que trata da arqueologia aborígene, e Patrimônio de Vitória (HV, por sua sigla em inglês), que se ocupa da arqueologia colonial e do pós-contato, porém com "funções administrativas e reguladoras" limitadas (COLLEY, 2002:103); e (b) uma indústria de arqueologia de campo estritamente privatizada (ZORZIN, 2012:76). Como resultado, a arqueologia

comercial passou a dominar o setor. Para o ano de 2012, em torno de 77% dos postos de trabalho em arqueologia encontram-se nas empresas provadas que, naquele momento, realizavam quase todas as escavações arqueológicas no Estado.

O patrimônio aborígene constitui entre 90 e 95% do volume destas escavações (ZORZIN, 2014a). Uma vez que os vestígios materiais aborígenes são relativamente escassos, como me explicou um arqueólogo profissional de consultoria, a arqueologia da paisagem pode desempenhar um papel chave na compreensão dos 50.000 anos de história da Australásia; no entanto, este enfoque apropriado não é compatível com os novos princípios orientadores de gestão da AAV. Patrick (de quase 40 anos e veterano em uma empresa privada) destacou:

Conheci um funcionário com um alto posto na AAV e tive uma discussão com ele ao tentar explicar que nós [arqueólogos] gostaríamos de utilizar um enfoque da paisagem, um enfoque *non-site* [para sítios que, frequentemente, são definidos e divididos artificialmente de acordo com as necessidades modernas do cliente] por que pensamos que se adapta melhor a arqueologia aborígene (...) por que esta se encontra exatamente na paisagem.

No contexto de integração das populações aborígenes à sociedade capitalista da Austrália (MERCER, 2003:422-445) que ocorreu conjuntamente com a desregulamentação da economia, a implementação da nova Lei do Patrimônio Aborígene (*ABORIGINAL HERITAGE ACT*, 2006) esteve voltada a sintetizar estas duas aspirações em Vitória. A lei pretende aumentar a proteção do patrimônio aborígene e proporcionar empoderamento econômico, ao mesmo tempo em que facilita o desenvolvimento através da “racionalização” da arqueologia, criando as condições para que, supostamente, sejam beneficiados os grupos aborígenes, os arqueólogos e os empresários. No entanto, os entrevistados pensam que a lei tem ampliado o setor de consultoria de gestão patrimonial (até 15,5% da força de trabalho ativa em temas de patrimônio em 2012) e incrementado o número de arqueólogos nas empresas de engenharia (até 30% da força de trabalho do setor) que tratam, diretamente, da arqueologia como um ramo menor dos projetos de desenvolvimento.

Oficialmente a nova legislação pretendia “tomar medidas para a proteção do patrimônio cultura aborígene” (KIRIAMA, 2012:68), porém, na verdade, consolidou o sistema “quem contamina paga”. Os empresários adquiriram mais responsabilidades sobre a “proteção” dos sítios – sob a ameaça de uma “ordem de suspensão” do Ministério e de uma multa de um milhão de dólares australianos se os sítios fossem perturbados ou destruídos (KIRIAMA, 2012:69) – e devem pagar os custos das atividades arqueológicas em troca de uma maior “certeza” nos processos de desenvolvimento. Esta “certeza” é obtida transformando-se a arqueologia em um “processo quantificável”, ou seja, um processo que pode ser planejado e orçado antecipadamente (KIRIAMA, 2012: 71). Mesmo que esta reforma legal estivesse voltada a dar um maior suporte sócio-cultural e financeiro aos grupos aborígenes (KIRIAMA, 2012:73), aumentou, paradoxalmente, o volume das atividades dos arqueólogos não

aborígenes e dos assessores patrimoniais, gerando maiores ingressos às empresas que se ocupam da arqueologia e do patrimônio.

Efeitos das reformas sobre as comunidades aborígenes

Apesar dos esforços da AVV, a reforma não teve êxito em envolver a participação aborígene nestes processos (KIRIAMA, 2012: 71). Por outro lado, as empresas não aborígenes continuaram fazendo arqueologia financiada pelos projetos de desenvolvimento. Contudo, uma revisão da lei foi discutida em meados de 2012 numa tentativa de redução do crescimento artificial das atividades arqueológicas, mas é provável que promova, ainda mais, a corporativização das comunidades aborígenes com a finalidade de que possam “aproveitar os benefícios econômicos de seu patrimônio” (KIRIAMA, 2012: 73).

Algumas comunidades aborígenes já criaram “corporações”. Este espírito empreendedor, no entanto, segue de mãos dadas com o que alguns ativistas e acadêmicos aborígenes têm descrito como a tendência à privatização de suas reivindicações de terras (alentada pelo governo branco e seus aparatos), à custa dos princípios e ideias da comunidade, expondo-as a um “enorme risco de um segundo despojamento” (FOLEY & ANDERSON, 2006:100). Num futuro próximo, espera-se que as comunidades aborígenes assumam o controle da gestão do patrimônio (mas, em benefício de quem?) e que o gerenciem como um negócio, facilitando a apropriação de seu território em benefício do “desenvolvimento” em troca de uma compensação monetária. Tom, arqueólogo aborígene de uns 50 anos de idade, destacou:

Uma coisa da qual muitos de nós [aborígenes] se queixam é que não temos o direito de controlar estes sítios. Não podemos voltar lá quando está tudo feito [a obra]. Todo este tipo de coisa [o desenvolvimento] continua e não temos o direito de controle.

É provável que este processo facilite a “assimilação” das comunidades aborígenes pela sociedade australiana através dos princípios do capitalismo neoliberal. O ativista e acadêmico aborígene Gary Foley, professor da Universidade de Vitória (Melbourne), tem criticado severamente o chamado processo de “reconciliação”, controlado pelas agências governamentais da Austrália como a AAV. Para ele é urgente “escapar do ciclo perpétuo de ‘soluções’ impostas pelos brancos aos nossos problemas” (FOLEY, 1999). Tom comentou em uma conversa com Craig, um arqueólogo de uns 30 anos que trabalha para um grupo de aborígenes:

Tom: Por hora, isto é muito bom para a comunidade [aborígene]. Na realidade estamos fazendo dinheiro. O problema é que em 20 anos não haverá muita terra para desenvolver. Já não teremos um retorno...

Craig: ...E o que aprendemos?

Tom: Depois de 40 anos, a organização haverá ganhado dinheiro, porém ao final disto, o que obtivemos? Não temos informação.

A economia política da arqueologia em Vitória: a colonização em marcha

Muitos arqueólogos australianos escolheram lutar contra o que viam como um enfraquecimento de sua disciplina “científica”, mantendo distância da esfera pública, em especial das comunidades aborígenes. Na comunidade arqueológica de Vitória é comum escutar-se comentários como os feitos por Gladia, um arqueóloga de consultoria independente de uns 30 anos, com quem falei em 2012:

A arqueologia [aqui na Austrália] é completamente científica (...). Você pode voltar a Gordon Childe e aos grandes arqueólogos australianos, porém, na realidade, como disciplina a arqueologia da Austrália é filha do processualismo. Também é filha da economia política da década de 1980. Tem um conjunto profundo de ideias científicas; além disto, creio que se cercou de barreiras por que o ambiente político [pós-colonial] em que se encontra é muito difícil. Seria mais fácil dizer: vamos ser uma ciência, por que uma ciência é objetiva!

Por outro lado, vários arqueólogos australianos têm abraçado causas aborígenes ou têm se voltado a analisar as implicações políticas de seu trabalho e as suas obrigações éticas com os aborígenes (BYRNE, 1996; DAVID & BARKER, 2006; LILLEY, 2000; MURRAY, 1992; SMITH & WOBST, 2005). Na atual configuração da arqueologia em Vitória, no entanto, e apesar dos progressos realizados, são principalmente os arqueólogos brancos que “tripulam” as empresas de arqueologia e a AAV, uma situação política tensa que é prejudicial para a população aborígene (ZIMMERMAN, 2008:55-56). As vozes e opiniões aborígenes são apenas escutadas ou, como já foi destacado, são cada vez mais contidas dentro de uma nova formação corporativa de sua identidade. Apesar das intenções de muitos arqueólogos e de alguns projetos pioneiros, genuinamente colaborativos, perpetua-se um processo de neocolonização. Peter, um acadêmico e ativista aborígene, de uns 60 anos, destacou: “Os antropólogos e arqueólogos, do meu modo de pensar, estabeleceram-se como porteiros e como especialistas sobre nós e sobre o que somos (...) e tratam de manter seu controle e domínio sobre nós”. Hoje em dia, através da AHA, a arqueologia realocizou os grupos aborígenes na esfera neutra da gestão do patrimônio cultural, situada dentro de um discurso tecnocrático de “ciência objetiva” em conformidade com os requisitos sócio-políticos capitalistas de neutralidade e com o principal objetivo de gerar ganhos, considerados progressistas e benéficos para todos.

Associada a tradição processual da arqueologia na Austrália, a Lei do Patrimônio Aborígene fomentou o desenvolvimento de um forte setor comercial na arqueologia em Vitória, profundamente arraigado na economia de mercado e orientado para gerar lucros (para as empresas arqueológicas e corporações aborígenes) e para a redução dos custos (para os empresários), deixando poucas alternativas aos arqueólogos. Daniel, funcionário público de uns 40 anos, destacou:

A boa notícia (...) é que a profissão está em boa forma, em comparação com o Canadá, onde está quebrada e não tem muito dinheiro. O modelo de Vitória funciona muito bem em termos financeiros. Isto é um problema,

pois as pessoas se dão conta: “posso fazer meio milhão de dólares este ano”! Cada vez mais, as pessoas me chamam e dizem: você pode trabalhar pra mim? Respondo que “sim” e me pagam bem para fazer este trabalho. Claro que, ao final do projeto, ele [o gerente da empresa de arqueologia] tem a opção de me contratar ou a outra pessoa para a análise de laboratório e para escrever os resultados dos trabalhos anteriores (...), mas fará isto somente se for obrigado. Não existe um sistema que o obrigue a isto. Tem-se dinheiro, mas de certo modo, isto faz com que o problema se agrave, pois há menos incentivo e tempo para fazer as coisas. Como arqueólogo, tem-se a consciência do que se deveria estar fazendo: educar a comunidade, devolver os resultados para a comunidade (...) e também, para os arqueólogos, conseguir atingindo estas metas e obter satisfação profissional.

Apesar dos esforços da AAV e das comunidades aborígenes que participam da atual estrutura legal e econômica, a arqueologia de contrato tem se mostrado prejudicial aos arqueólogos e aborígenes. Atualmente, quem se beneficia (ou perde menos) com a reconfiguração das estruturas arqueológicas e patrimoniais parecem ser os empresários, que estão obtendo “certezas” em troca da injeção de capital em vários grupos de interesse (como indicou Daniel). Ao final, as comunidades estão profissional e eticamente insatisfeitas, contudo são silenciadas pela perspectiva de benefício econômico e pela promessa de bem estar pessoal e comunitário.

O sistema arqueológico semi-privatizado em Quebec (Canadá)

Assim como em Vitória, a forma das estruturas arqueológicas atualmente em vigor na província de Quebec é o resultado de reformas neoliberais globais introduzidas na década de 1970 no Canadá (GATTINGER & SAINT-PIERRE, 2010:280-283), bem como da teoria processual dominante na arqueologia. Esta combinação fez a tecnificação e a mercantilização da prática arqueológica compatível com o sistema econômico capitalista (CARMAN, 2002:190) que buscava crescer através de novos mercados, novos benefícios e novos empregos (GATTINGER & SAINT-PIERRE, 2010:285). Contudo, uma diferença fundamental entre os dois sistemas origina-se no contexto histórico no qual se desenvolveu a arqueologia em Quebec. Na década de 1960, o aumento das aspirações nacionalistas da população de língua francesa, demograficamente dominante, e as reivindicações de reconhecimento dos povos indígenas que habitam no território colocaram a arqueologia em um conjuntura sociopolítico desafiante. No início da década de 1970, estas tendências, por vezes conflitantes, deram nova forma à legislação da província e a suas orientações culturais (GATTINGER & SAINT-PIERRE, 2010:283-284) e estabeleceram a arqueologia, ainda mais firmemente, em um marco processual isolado socialmente e, portanto, “mais seguro” (ZORZIN, 2011a:128). Em Quebec e em Vitória a arqueologia que se desenvolve em um contexto pós-colonial, compartilha a maior parte dos problemas que descrevi em relação à gestão do patrimônio cultural aborígene.

As especificidades do contexto histórico de Quebec tornaram a arqueologia menos vulnerável às pressões da privatização. Como resultado, a província conserva uma estrutura governamental para a arqueologia (mesmo que em

rápido declínio) e alternativas às empresas arqueológicas privadas (como cooperativas e organizações sem fins lucrativos); inclusive, surgiram organizações culturais indígenas sem fins lucrativos que tratam, diretamente, com a arqueologia (ZORZIN, 2010:5). No entanto, este "enfoque quase-neoliberal" (GATTINGER & SAINT-PIERRE, 2010:285) ou posição "intermediária" em Quebec — que não é totalmente parte do mercado, mas também não está sob controle do Estado — tornou a arqueologia vulnerável às pressões da economia de mercado. Por isto, a arqueologia em Québec: (a) não tem tido êxito, até agora, em assegurar condições adequadas de trabalho, salários sustentáveis e perspectivas de futuro para a maioria de seus praticantes (ZORZIN, 2010:11-13); (b) tem desiludido muitos arqueólogos de campo com relação a sua capacidade para conseguir resultados significativos; e (c) tem limitado seus resultados a relatórios técnicos, em grande medida desconhecidos e geralmente inacessíveis (ZORZIN, 2011a:130-131, 2014b).

A integração capitalista da arqueologia: a reforma do Estado e a redução dos processos

Em Québec, o processo que levou à privatização das atividades arqueológicas começou em algum momento entre 1979 e 1981, coincidindo com a primeira onda de conversão da economia canadense às políticas de "livre empresa", que enterrou o keynesianismo para sempre (ERNST, 1992:126-127). Por exemplo, a organização sem fins lucrativos *Société d'Archéologie et de Numismatique de Montréal* (SANM), que havia estado a cargo de todas as atividades arqueológicas no centro histórico de Montreal, foi dissolvida em 1992 para dar lugar às novas oportunidades do mercado arqueológico no marco de projetos de desenvolvimento (ZORZIN, 2011b:77).

Esta lógica se traduz na constituição de um sistema dual: (a) um órgão de gestão de patrimônio (composto por um grupo fragmentado de arqueólogos em ministérios, municípios e corporações semipúblicas); e (b) empresas privadas de arqueologia, como na Austrália, estruturadas em conformidade com o competitivo sistema de licitação pública de Quebec e localizadas, sobretudo, em zonas urbanas (ZORZIN, 2011b:94-97). Esta transformação deu lugar a uma posição dominante da arqueologia comercial (ZORZIN, 2010:6). É exclusivo de Quebec o fato de haver prevalecido o sistema "quem contamina, paga". Contudo, segue sendo o governo, através de diversos ministérios, da cidade e dos conselhos locais, quem cobre até 80% dos custos gerados pela arqueologia (ZORZIN, 2011a:123) já que a maioria do desenvolvimento tem relação com importantes projetos de utilidade pública. Além disto, desde 2006 a eleição do governo de Harper traduziu-se na redução dos serviços arqueológicos e patrimoniais federais¹: a Lei C-38 reduziu a quase nada, em escala nacional, o sistema público de arqueologia e conservação (ROSS, 2012). Paralelamente, em 2012 a antiquada legislação de Quebec (de 1972) foi reformada sob critérios comerciais e de mercado, com o pretexto de simplificar e modernizar a normativa — porém, de acordo com os interesses de quem? As normas

¹ Parks Canada Agency Act (2012). Modificação de S.C. 1998. Ministério da Justiça, Ottawa. <http://laws-lois.justice.gc.ca/PDF/P-0.4.pdf>

reformadas centraram-se em uma proteção "sustentável" do patrimônio e na integridade da "paisagem" e transferiram as responsabilidades patrimoniais da província às autoridades locais², pondo em risco a atribuição de responsabilidade às comunidades locais que não têm a competência nem os meios financeiros para levar a cabo atividades arqueológicas satisfatórias, éticas e não destrutivas, enquanto resistem à pressão dos empresários. A nova lei poderia contribuir para um maior enfraquecimento das atividades arqueológicas ao reduzir a indústria a um "sistema privatizado quase autorregulado" (ZORZIN, 2011a:126). No início de 2014 esta reforma já havia demonstrado ser ineficaz contra as pressões dos empresários e das demandas de crescimento. Por exemplo, na Cidade de Quebec a lei "reforçada" fracassou na proteção de paisagens relacionadas com um antigo cemitério (São Patrício) em oposição do lucro dos empresários (ASSELIN, 2014).

O surgimento de alternativas

Em Quebec os arqueólogos de consultoria (sob condições de vida precárias, talvez inclusive como resultado delas) produziram os melhores resultados possíveis no contexto político-econômico no qual tem se desenvolvido desde a década de 1980. No entanto, como destaquei antes, muitos chegam a considerar sua profissão como alienante. Em 2008 73% das atividades arqueológicas foram feitas por empresas privadas (ZORZIN, 2010:7), porém a ironia do sistema é que a maioria dos custos da arqueologia é assumida pelos cidadãos que pagam impostos. Em troca, as cooperativas arqueológicas, as organizações sem fins lucrativos e as organizações culturais indígenas estão ativas e são uma importante alternativa de organização socioeconômica para a arqueologia, a qual dão voz e uma visibilidade substancial. Mesmo que em 2008 rerepresentavam só 9% dos postos de trabalho em Quebec (ZORZIN, 2010:6) estas alternativas parece mais benéfica para o público que para suas contrapartes privadas: por exemplo, atualmente a arqueologia é muito popular entre a população da província, como indica o grande êxito do "mês da arqueologia" organizado cada agosto pela organização sem fins lucrativos *Réseau Archéo-Québec* (AUGER, 2014). Organizações sem fins lucrativos como *Artefactuel* ou *Archéo-08* têm deixado claro que um resultado arqueológico significativo e benéfico pode e deve ser gerado em benefício do maior número possível de pessoas; esta consideração está excluída do mandato da maioria das empresas privadas — excluída dos imperativos econômicos, porém incluída nos imperativos éticos e pessoais dos arqueólogos. David, gerente de uma cooperativa arqueológica de uns 30 anos (um dos meus 40 entrevistados em Quebec) disse:

O patrimônio é um assunto da comunidade e pertence a todos nós. Estamos trabalhando para toda a população de Quebec para integrar nosso grande e complexo patrimônio (...). Se não tivéssemos arquivos, em poucos séculos ninguém saberia quem chegou primeiro aqui e todos estariam confusos demais para entender. O que deveria ser útil hoje em dia é convencer as pessoas de que inclusive se o patrimônio se refere a "outros", segue sendo

² <http://www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=5&file=2011C21A.PDF>

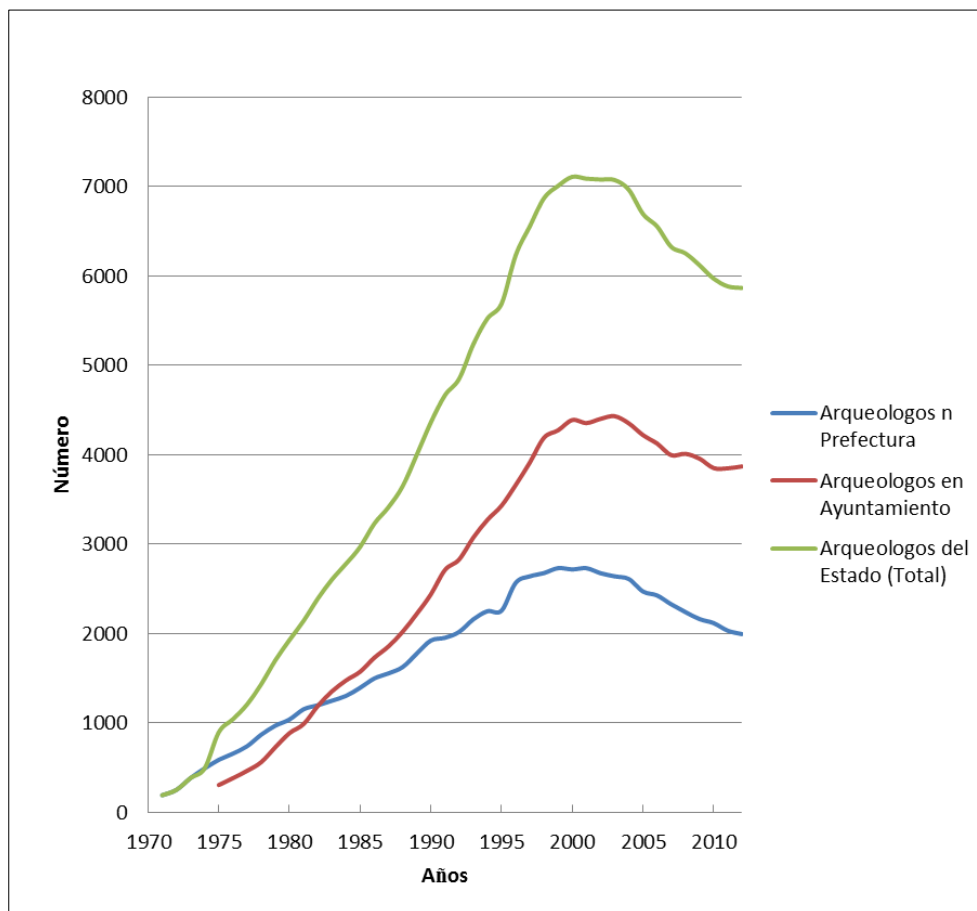
interessante e essencial para a compreensão do que somos. É parte da história de nosso território e isto é o que estamos tratando de posicionar como cooperativa.

O CASO DA ARQUEOLOGIA JAPONESA: AINDA É UM MODELO ESTATAL?

No Japão a arqueologia como "pesquisa científica" começou em meados do século XIX sob a influência ocidental (BARNES, 1999:28-29; EDWARDS, 2005:36; IKAWA-SMITH, 2010:299). Muito rapidamente, no entanto, começou a se desenvolver por conta própria e gerou duas tradições acadêmicas específicas: a "escola da universidade" (associada às ciências naturais) e a "escola do museu" — também chamada "tradição histórico-cultural" ou "escola Kokugaku" (Kyūjitai: 國學 Shinjitai: 国学) com o objetivo de um renascimento histórico nacional(ista). Na década de 1870 esta última chegou a ser dominante (IKAWA-SMITH, 2011:678) e serviu para fixar a identidade da Nação em um período de crescentes aspirações imperiais e de luta contra a dominação ocidental (MIZOGUCHI 2006:60). Em 1945, depois da queda do Império e da ideologia imperial, chegou ao fim à construção da "grande narrativa" para o Japão, incluindo a "escola Kokugaku" (EDWARDS, 2005:45; HUDSON, 2007:14). No lugar desta, "a história do povo" ou "movimento democrático", dentro de um marco marxista, começou a predominar e animou um enfoque não elitista e empírico (FAWCETT, 1995:234). No entanto, mesmo com esta mudança de paradigma, a arqueologia seguia centrada na identidade, na autenticidade e na pureza japonesa (MIZOGUCHI, 2006:72), enquanto enfatizava a história dos "japoneses comuns" (HUDSON, 2007:14). Neste período, acreditava-se que uma nova grande narrativa nacional poderia ser fabricada mediante a acumulação de dados sólidos, produzidos pelo trabalho de campo. Por isto, a arqueologia estava profundamente arraigada em um enfoque descritivo e evitava, na medida do possível, os "preconceitos" ideológicos (IKAWA-SMITH, 2011:685-686).

Apesar do fato de que o movimento pela "história do povo" tenha sido muito influente em todo Japão até a década de 1970 (com milhares de voluntários nos trabalhos de campo), a profissionalização e burocratização da arqueologia, que começaram na década de 1950, rapidamente minou estes esforços e criou uma distância cada vez maior entre o patrimônio e o povo. Mais ainda, a profissionalização deu lugar à criação de um serviço arqueológico público em 1971 que tem crescido constantemente desde então: no ano de 2000 havia 7111 arqueólogos e uns 50.000 operários trabalhando para o governo (figura 1), em um país de 127 milhões de habitantes (KEALLY, 2003), antes de uma redução gradual ao redor de 20% na última década (AGENCY FOR CULTURAL AFFAIRS, 2013:1).

Figura 1 - Número de arqueólogos que trabalham para o Estado no Japão, 1971-2012 (AGENCY OF CULTURAL AFFAIRS 文化庁, 2013:1).



Arqueologia estatal no novo paradigma neoliberal

Apesar das reformas econômicas que o Japão vem implementando desde a década de 1980 através da privatização (VOGEL, 2006:26-30), até o ano 2000 a arqueologia seguia sendo um agente importante no aparato estatal, na mesma época em que era desativada em outras nações capitalistas avançadas. A razão desta peculiaridade japonesa deve ser entendida através de aspirações internas diferentes, às vezes contraditórias. Os arqueólogos, independente de suas inclinações nacionalistas, marxistas ou aparentemente apolíticas, têm focado a unidade e singularidade do povo japonês; por isto a arqueologia ainda é um significante de identidade na sociedade japonesa (FAWCETT, 1995:245; MIZOGUCHI, 2006:23). O partido governante (Partido Liberal Democrático, PLD, no poder desde 1955, a exceção de um breve período de 11 meses), neoliberal e neo-nacionalista, nunca ameaçou o setor arqueológico governamental. Desde a década de 1980, no entanto, e mais claramente desde o ano 2000, tem mudado as condições para se fazer trabalho de campo. Atualmente, a arqueologia parece estar a "meio caminho" entre um serviço público e uma provisão de serviços comerciais. Em uma das 42 entrevistas que realizei no Japão, Aguri, um eminente arqueólogo de uns 50 anos da região de Kansai, expressou seus pontos de vista sobre as empresas privadas de arqueologia e se referiu a sua percepção do que pode acontecer no futuro:

Ultimamente, o dinheiro e os empregos estão diminuindo na arqueologia japonesa. Para manter o sistema da mesma forma, uma das soluções aplicadas foi poupar dinheiro nas escavações, tornando-as mais eficientes (hoje temos que justificar como usamos os impostos). A outra solução para as autoridades locais, que empregam especialistas com contratos indefinidos, foi reduzir o número de arqueólogos permanentes [desde 2001]. Por isto, é impossível que os arqueólogos façam todas as escavações corretamente. Acima de tudo, os empresários querem realizar a construção gastando o mínimo possível [com a arqueologia] e fazem muito *lobbying* para conseguir isto. No futuro eles irão influenciar, profundamente, na maneira como utilizam as empresas privadas de arqueologia. Hoje, contudo, supõe-se que quando os empresários contratam uma empresa de arqueologia comercial antes de um projeto de construção, devem fazer “arqueologia de resgate”. Porém, isto não deveria significar a “destruição sistemática do patrimônio depois da escavação”. Deveria implicar em preservar e promover os restos e difundir o conhecimento gerado. Portanto, quando um empresário faz escavações e descobre artefatos ou sítios muito importantes, creio que o grande problema será ver como a empresa arqueológica contratada pode garantir que vai escavar e conservar os vestígios corretamente. [Por outro lado] no sistema de resgate arqueológico [governamental] existente, se um sítio é reconhecido como muito significativo, temos a oportunidade de discutir seu potencial de conservação (...). Ainda temos oportunidades para pensar o destino dos sítios importantes e isto também significa que o governo local se envolva no processo. Se este processo tivesse que ser feito pela arqueologia comercial, o empresário pediria aos arqueólogos que realizassem as escavações do sítio o mais rapidamente possível e com uma quantidade limitada de recursos. Não haveria oportunidade de discutir a importância do sítio. Isto é o que mais me preocupa [do atual processo de privatização da arqueologia no Japão].

Desde 1991, a crise econômica e financeira endêmica — os “20 anos perdidos” (失われた 20 年, *Ushinawareta Nijūnen*) — acelerou a pressão sobre as reformas internas em busca de uma maior privatização ou semi-privatização mediante programas neoliberais de transformação do Estado, como a “Agência Administrativa Incorporada” (IAI - 独立行政法人, *Dokuritsu gyōsei hōjin*). Durante a última década, as unidades de arqueologia dos municípios e as prefeituras têm sido discretamente reduzidas ou, inclusive, extintas (KIKUCHI, 2011:1). Os arqueólogos destacam que a redução de custos pressiona os serviços arqueológicos dirigidos pelo Estado até o ponto de que usar “empresas arqueológicas privadas” se converterá em uma solução óbvia e inevitável para compensar a falta de tempo e os meios disponíveis para esta tarefa (TANAKA, 2011:1); porém, como Okamura (2014:2483) destacou, a obtenção de dados agora parece ser de melhor qualidade porque as empresas privadas utilizam métodos novos e caros.

Apesar da existência de uma organização pública dominante, a arqueologia o Japão está experimentando um processo de privatização parcial através da criação de até 70 empresas temporárias (que incluem pessoas de todos os setores e que muitas vezes são criadas unicamente para fazer um projeto para um contrato específico e logo se dissolvem) e através de uma reforma neoliberal dos

serviços estatais. Atualmente, o serviço arqueológico do Estado já não atende, necessariamente, os interesses públicos. A crescente participação da lógica do capital que implica "racionalização" (ou seja, ações que sejam justificadas quantitativamente), eficiência (favorecendo a velocidade de entrega) e "otimização" das tarefas (para reduzir custos) criaram as condições para que os arqueólogos de campo estejam submetidos a uma grande pressão e enfrentem dilemas éticos (OKAMURA, 2014:2482-2485).

ARQUEOLOGIA DISTÓPICA: A PRIVATIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NA PRÁTICA DA ARQUEOLOGIA

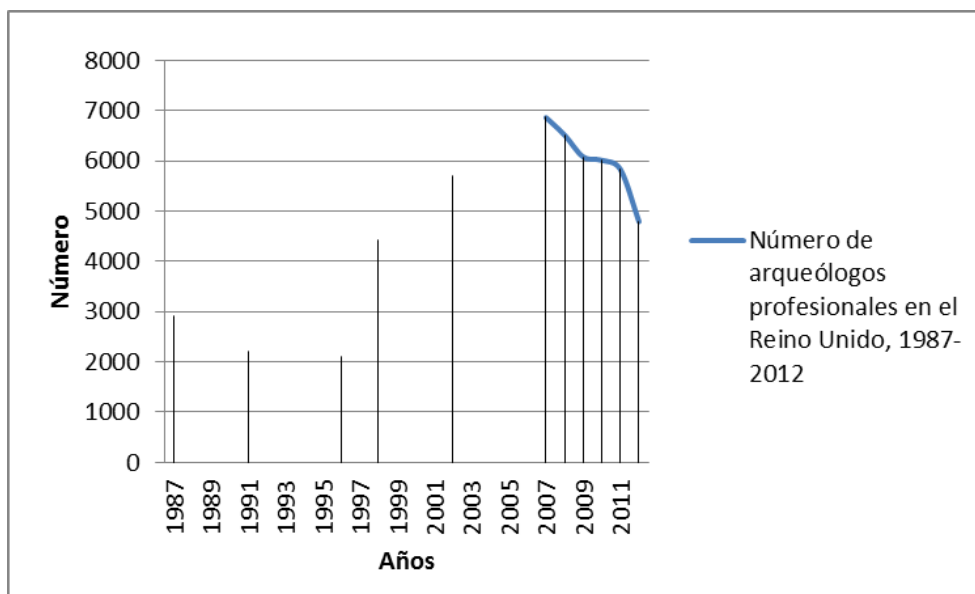
Esta breve apresentação de três diferentes contextos nacionais convidam a formular algumas observações adicionais sobre as consequências gerais da privatização da arqueologia de campo. Em primeiro lugar, um dos imperativos fundamentais da livre economia de mercado é que a competição entre as empresas arqueológicas cria uma pressão econômica sobre os administradores para por propostas mais baratas que as de seus competidores e assim obter os contratos. Em Vitória, contudo, sabe-se que os consultores bem estabelecidos tem feito enormes esforços para definir e utilizar padrões metodológicos muito refinados desde a criação de suas empresas na década de 1990. No entanto, a produção de resultados de alta qualidade tem um custo financeiro e necessita tempo. A Lei de Patrimônio Aborígene de 2006 está reduzindo estes padrões de maneira significativa (um efeito inesperado de sua aplicação), mediante o fomento da entrada de novos atores no mercado com o objetivo de fazer frente à crescente necessidade de conhecimentos arqueológicos, provocada pelo andamento da legislação. Estes jogadores, sem a experiência e as competências para levar a cabo seu trabalho de maneira adequada, ameaçam diminuir a qualidade dos projetos, apressar o processo e registrar defeituosamente a informação chave. Alguns destes problemas são ilustrados pelos depoimentos de Daniel, um funcionário de uns 40 anos da AAV: "A qualidade dos relatórios é, ultimamente, muito inconsistente. Há consultores que trabalham toda a noite para produzir um resultado melhor, porque isto é o que fazem (...) e há outros que querem passar para o próximo projeto o mais rapidamente possível". Como disse Ron, outro funcionário da AAV, de uns 30 anos:

Há pessoas na área que tem uma verdadeira paixão e dão este passo adicional (interpretativo, quero dizer), enquanto que outras, você sabe... É um trabalho muito bem pago para alguém que só tem uma qualificação básica nesse campo numa idade precoce.

Em segundo lugar, a arqueologia (comercial) organizada como negócio é extremamente vulnerável às flutuações macroeconômicas. No caso de uma desaceleração da economia, as firmas de consultoria terão que fazer recortes drásticos pois dependem, quase exclusivamente, do setor de desenvolvimento (empresarial ou público). Este tipo de recorte aconteceu recentemente na arqueologia comercial na Irlanda (CHAPPLE, 2014) e no Reino Unido (AITCHISON & ROCKS-MACQUEEN, 2013:20-21; ver figura 2) e também nos sistemas públicos, como o federal no Canadá (ROSS, 2012). Os recortes têm consequências dramáticas para a comunidade arqueológica e para a proteção e

conservação do patrimônio. Isto põe em dúvida a validade e a sustentabilidade, a longo prazo, da lógica da rentabilidade e da redução de custos nas atividades patrimoniais.

Figura 2 - Número de arqueólogos profissionais no Reino Unido, 1987-2012 (AITCHISON & ROCKS-MACQUEEN, 2013:20-21).



Em terceiro lugar, desde a perspectiva do trabalho de campo, a profissão sempre foi marginal e percebida como custosa e, inclusive, prejudicial para o crescimento econômico (ZORZIN, 2011a:127). Como resultado, os arqueólogos raras vezes ganham salários decentes — que não podem justificar em termos de criação e crescimento de riquezas, do ponto de vista capitalista — sobretudo no Reino Unido e em Quebec (EVERILL, 2007:123-126; ZORZIN, 2010:12-13). A Austrália é uma exceção a estes padrões globais de baixos salários, recebendo os arqueólogos acima da média nacional (ULM *et al.*, 2013:39) devido, principalmente, à relativa estabilidade da economia — relacionada com a alta demanda de recursos — e a um regime frouxo de gestão patrimonial.

Quarto, o emprego em arqueologia também se caracteriza pelos contratos temporários e carece de perspectivas profissionais sérias (EVERILL, 2007:132-135; ZORZIN, 2010:11), o que explica os abandonos massivos da profissão por indivíduos entre trinta e quarenta anos de idade, como se vê em Quebec (figura 3). Estas características são comuns em outros países ocidentais (figuras 4 e 5). No Japão a pressão econômica por uma prática mais liberal (menos protetora dos empregados) pode produzir a mesma situação em um futuro próximo (ZORZIN, 2013:12).

Figura 3 - Idade e gênero dos arqueólogos em Quebec em 2008 (ZORZIN, 2011b :133).

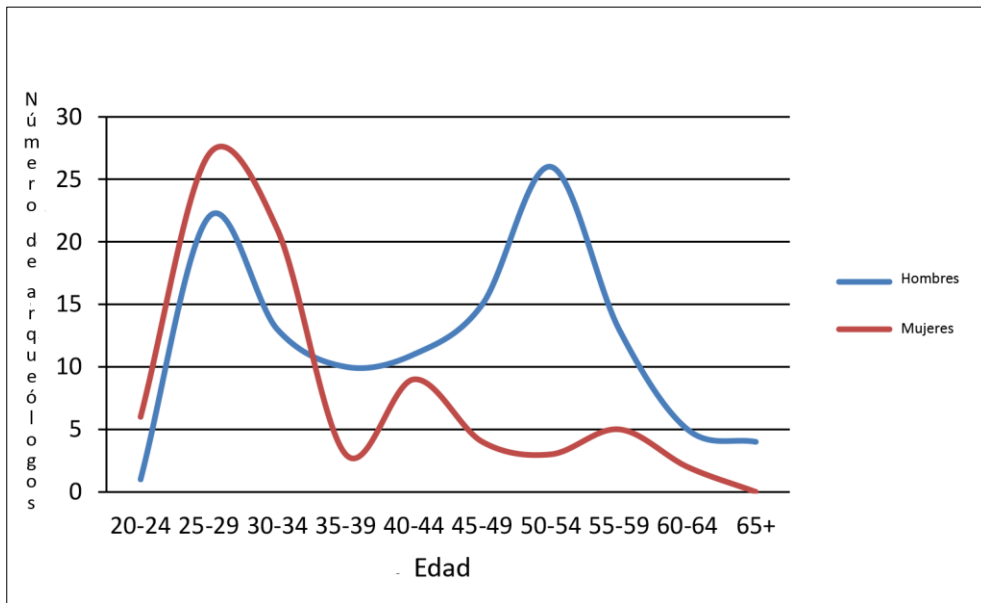


Figura 4 - Idade e gênero dos arqueólogos na Austrália em 2010 (ULM et al., 2013:36).

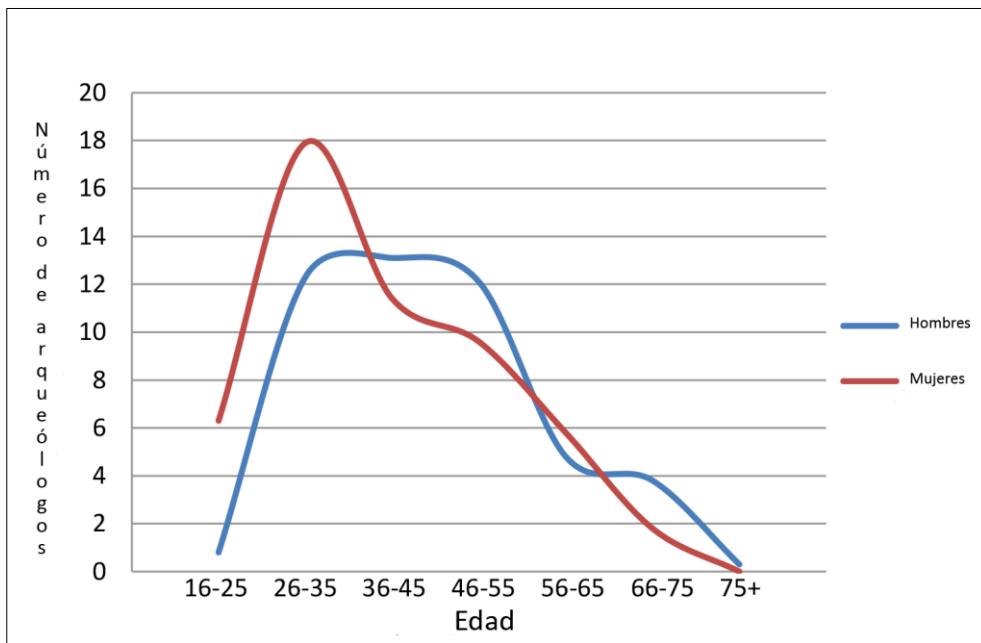
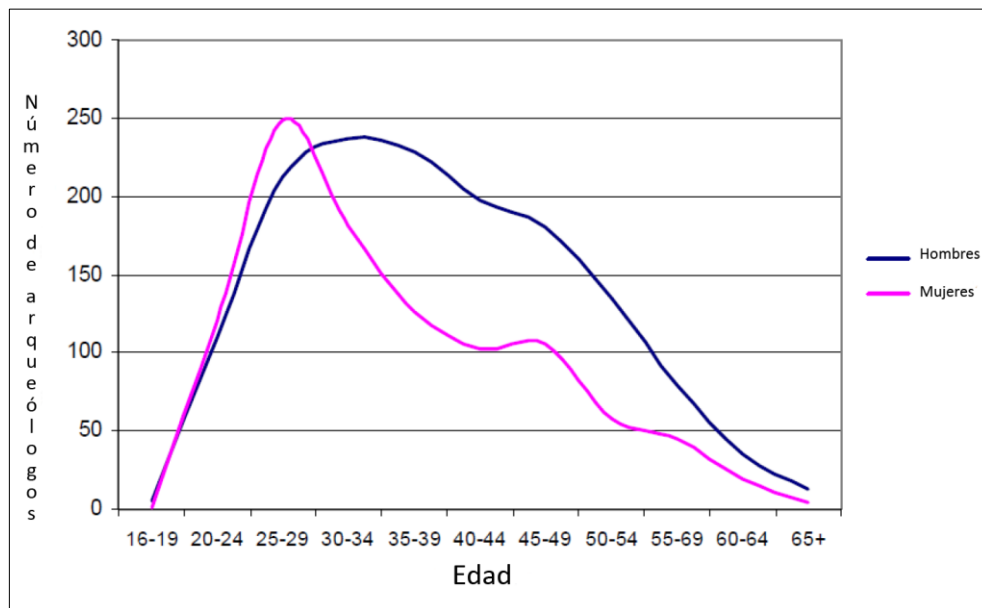


Figura 5 - Idade e gênero dos arqueólogos na Inglaterra em 2008 (AITCHISON & EDWARDS, 2008:49).



Quinto, em Quebec e em Vitória os trabalhadores têm que ser móveis e flexíveis à medida que as empresas e consultorias privadas competem pelo trabalho na província. Em Québec, a flexibilidade é ainda maior devido à estacionalidade do trabalho (que implica longos períodos de desemprego no inverno e muitos intervalos entre contratos nos períodos mais ativos). Esta configuração flexível do trabalho produz uma forma de vida nômade. Os arqueólogos vão atrás dos contratos e, frequentemente, estão isolados por meses nos territórios do norte ou, constantemente, em marcha, alojados em acampamentos ou motéis. Como destacou Everill (2007:131), este tipo de vida não é necessariamente prejudicial para os arqueólogos, que em geral desfrutam da falta de rotina, das atividades ao ar livre e da camaradagem do trabalho de campo. No entanto, a longo prazo, esse modo de vida (a) fragmenta o conhecimento local dos arqueólogos; (b) fragmenta sua identidade como profissionais (em que contribuem ao avanço do conhecimento); e (c) enfraquece seu compromisso social (para quem trabalham?). Muitos entrevistados expressaram um sentimento de alienação para com sua profissão, pois não estão ou estão minimamente envolvidos com as análises e os estudos (EVERILL, 2007:129). Isto leva muitos deles a abandonar a profissão depois de uns anos de atividade, sobretudo as mulheres (ZORZIN, 2014b; ver figura 3 para o caso de Quebec). Esta situação está pondo a profissão em perigo pela perda sistemática de habilidades em cada nova leva de profissionais relativamente jovens (menores de 35 anos) e cria uma separação interna entre uma maioria de “técnicos” jovens, mas qualificados, que aplicam procedimentos crescentemente padronizados e alienantes, e uma minoria de arqueólogos administradores, bem informada, mas infelizmente afastada do trabalho de campo devido a suas obrigações de produzir rentabilidade para a empresa e para que sobreviva a comunidade profissional. Em contraste, no Japão ainda existem estruturas

regionais e experiência local, porém este conhecimento e compromisso local, altamente qualificados, podem estar em risco nos próximos anos (ZORZIN, 2013:12; OKAMURA, 2014:2485). Por último, com frequência a arqueologia tem sido instrumental na criação de uma imagem corporativa limpa, mediante atividades de “limpeza verde e limpeza ética” que estão implicadas na destruição da paisagem (mineração, projetos hidroelétricos e estradas) e na apropriação de terras em contextos aborígenes ou das Primeiras Nações (ZORZIN, 2014b).

OUTRA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA É POSSÍVEL FORA DO CAPITALISMO

Mais de trinta anos de experiência acumulada em arqueologia comercial por parte de profissionais, apresentada aqui através de um retrato sócio-econômico limitado de arqueólogos em três áreas diferentes do mundo entre 2003 e 2013, confirma as dúvidas sobre o processo de privatização. Como podem existir a arqueologia e a gestão do patrimônio fora do capitalismo no século XXI? Como destaquei, foram feitas algumas tentativas em Quebec (organizações sem fins lucrativos e Organizações das Primeiras Nações) e no Japão (a "história do povo", desde a década de 1950). Inspirado nestas experiências, tenho a intenção de desenvolver estas idéias em futuros projetos de pesquisa e publicações para demonstrar, eventualmente, como construir um modelo para a arqueologia comunitária, na qual a economia não seja um fator dominante, a cooperação derrote a competição e que o bem comum supere em importância a ganância.

A arqueologia tem seguido a ordem capitalista, impondo um modelo individualista de comportamento e marginalizando a lógica coletiva (KEMPF, 2009), representada como obsoleta, custosa e improdutiva (BOURDIEU, 1998). O primeiro passo para refundar a arqueologia é distanciá-la da lógica do capital imposta aos arqueólogos nas últimas quatro décadas. A tecnificação e a padronização da arqueologia só pretende perpetuar o modelo capitalista dominante, ao criar uma imagem "profissional/empresarial" limpa, em conformidade com a ideia de eficiência. Este tipo de arqueologia comercial é a fetichização extrema da profissão, uma ilusão de progresso, enquanto a disciplina carece de importância científica e social. Este tipo de arqueologia tornou-se distópica pois desumaniza e tecnifica a prática arqueológica, que se converte em inacessível e sem relação com os desafios, preocupações e interrogações contemporâneos.

A arqueologia pode ser reconstruída em uma nova configuração de relações sociais, com a solidariedade como um elemento central. Isto pode ser alcançado somente a través da criação de alternativas aos sistemas privatizados atuais, mas também marginalizando o princípio de maximização de benefícios mediante um resituar da gestão do patrimônio cultural dentro da lógica cooperativa (KEMPF, 2009). Esta breve síntese pretende incentivar uma reflexão mais longa e difusa destinada a produzir modelos alternativos afastados da competição capitalista e de seus efeitos. Ainda subsiste em muitas partes do mundo um modelo não capitalista de governo e academia, porém é urgente desenvolver alternativas viáveis posto que o modelo estatal/acadêmico está sendo rapidamente reformado.

AGRADECIMENTOS

Estou particularmente agradecido aos editores, a Yannis Hamilakis e a todas as pessoas que participaram desta pesquisa em Quebec e Vitória e no Japão. Também gostaria de agradecer ao *Australian Endeavour Awards* (2012) e a *Japan Society for the Promotion of Science* (2013) por seu apoio financeiro. Por último, agradeço a Philippa Currie e Maria Ali-Adib por sua valiosa ajuda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABORIGINAL HERITAGE ACT, 2006. *Act No. 16/2006*, assented to 9 May 2006, Aboriginal Affairs Victoria, Melbourne, 142p.
- AGENCY OF CULTURAL AFFAIRS (Bunka-chō (文化庁), 2013. 埋蔵文化財関係統計資 (平成 25 年 3 月).
- AITCHISON, K.; EDWARDS, R., 2008. *Discovering the archaeologists of Europe: United Kingdom - Archaeology Labour Market Intelligence: profiling the profession 2007/08*. Institute of Field Archaeologists, Reading.
- AITCHISON, K.; ROCKS-MACQUEEN, D., 2013. *Archaeology Labour Market Intelligence: profiling the profession 2012-13*. Landward Research Ltd, Sheffield.
- ASSELIN, P., 2014. Le Bourbier Woodfield. *Le Soleil*, 22 de janeiro.
- AUGER, S., 2014. Moins de fouillis dans l'archéologie à Québec. *Le Soleil*, 6 de janeiro.
- BARNES, G., 1999. *The rise of civilization in East Asia*. Thames & Hudson, Londres.
- BERGMAN, C.; DOERSHUK, J., 2003. Cultural Resource Management and the business of archaeology. In: *Ethical issues in archaeology*, editado por Larry Zimmerman, Karen Vitelli e Julie Hollowell, pp 85-97. Rowman & Littlefield Publishers, Oxford.
- BOURDIEU, P., 1998. The essence of neoliberalism. *Le Monde Diplomatique*, dezembro.
- BRADLEY, R., 2006. Bridging the two cultures: commercial archaeology and the study of prehistoric Britain. *The Antiquaries Journal* 86:1-13.
- BYRNE, D., 1996. Deep nation: Australia's acquisition of an Indigenous past. *Aboriginal History* 20:82-107.
- CARMAN, J., 2002. *Archaeology & heritage. An introduction*. Continuum, Londres.
- CHAPPLE, R., 2014. "Oh, Margaret the lapping waves are licking quietly at our ankles". The fall of commercial archaeology in Northern Ireland. The Robert M. Chapple Blog. <http://rmchapple.blogspot.co.uk/2014/02/oh-margaret-lapping-waves-are-licking.html>
- COLLEY, S., 2002. *Uncovering Australia. Archaeology, Indigenous people and the public*. Allen & Unwin, Crows Nest.
- DARVILL, T.; RUSSELL, B., 2002. *Archaeology after PPG16: archaeological investigations in England 1990-1999*. DOI, Bournemouth.
- DAVID, B.; BARKER, B., 2006. *The social archaeology of Australian Indigenous societies*. Aboriginal Studies Press, Canberra.
- EDWARDS, W. 2005. Japanese archaeology and Cultural Properties Management. In: *A companion to the anthropology of Japan*, editado por Jennifer Robertson, pp 36-49. Blackwell, Oxford.
- ERNST, A., 1992. From liberal continentalism to neoconservatism: North American Free Trade and the politics of the C.D. Howe Institute. *Studies in Political Economy* 39:109-140.

- EVERILL, P., 2007. British professional field archaeology: antiquarians and labourers; developers and diggers. In: *Archaeology and capitalism: from ethics to politics*, editado por Yannis Hamilakis e Philip Duke, pp 119-136. Left Coast Press, Walnut Creek.
- EVERILL, P., 2009. *Invisible diggers: a study of British commercial archaeology*. Oxbow, Oxford.
- FAWCETT, C. 1995. Nationalism and post war Japanese archaeology. In: *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*, editado por Philip Kohl e Clare Fawcett, pp 232-246. Cambridge University Press, Cambridge.
- FOLEY, G. 1999. Reconciliation: fact or fiction? The Koori history website. http://www.kooriweb.org/foley/essays/essay_6.html
- FOLEY, G.; ANDERSON, T., 2006. Land rights and Aboriginal voices. *Australian Journal of Human Rights* 12(1):83-108.
- GATTINGER, M.; SAINT-PIERRE, D., 2010. The “neoliberal turn” in provincial cultural policy and administration in Québec and Ontario: the emergence of “quasi-neoliberal” approaches. *Canadian Journal of Communication* 35(2):279-302.
- GNECCO, C.; LIPPERT, D. (Orgs.), 2015. *Ethics and archaeological praxis*. Springer, New York.
- HAMILAKIS, Y; DUKE, P.(Orgs), 2007. *Archaeology and capitalism: from ethics to politics*. Left Coast Press, Walnut Creek.
- HUDSON, M., 2007. Japanese beginnings. In: *A companion to Japanese history*, editado por William Tsutsui, pp 13-29. Blackwell, Malden.
- IKAWA-SMITH, F., 2010. Co-traditions in Japanese archaeology. *World Archaeology* 13(3):296-309.
- IKAWA-SMITH, F. 2011. Practice of archaeology in contemporary Japan. In: *Comparative archaeologies: a Sociological view of the science of the past*, editado por Ludomir Lozny, pp 675-705. Springer, New York.
- KEALLY, C. 2003. Japanese archaeology. Fieldwork opportunities in Japanese archaeology. <http://www.t-net.ne.jp/~keally/fieldwork.html>
- KEMPF, H., 2009. *Pour sauver la planète, sortez du capitalisme*. Seuil, Paris.
- KIKUCHI, T. 2011. Trends in Japanese archaeological research, 2008. *Archaeologia Japonica*, março, pp 1-14.
- KIRIAMA, H. 2012. The Victorian Aboriginal Heritage Act 2006: five years on. In: *Excavations, surveys and heritage management in Victoria*, volume 1, editado por Ilya Berelov, Mark Eccleston e David Frankel, pp 67-74. La Trobe University, Melbourne.
- LILLEY, I. (org.), 2000. *Native title and the transformation of archaeology in the postcolonial world*. University of Sydney, Sydney.
- MERCER, D. 2003. “Citizen minus”? Indigenous Australians and the citizenship question. *Citizenship Studies* 7(4):421-444.
- MIZOGUCHI, K. 2006. *Archaeology, society and identity in modern Japan*. Cambridge University Press, Cambridge.
- MURRAY, T. 1992. Aboriginal (pre)history and Australian archaeology: the discourse of Australian prehistoric archaeology. *Journal of Australian Studies* 16(35):1-19.
- OKAMURA, K., 2014. Ethics of commercial archaeology (Japan). In: *Encyclopedia of global archaeology*, editado por Claire Smith, pp 2482-2485. Springer, New York.
- PIKETTY, T. 2013. *Le capital au XXI^e siècle*. Seuil, Paris.
- ROSS, W. 2012. Draconian cuts to Parks Canada. Canadian Archaeological Association (CAA). <http://canadianarchaeology.com/caa/draconian-cuts-parks-canada>

- SHANKS, M.; MCGUIRE, R., 1996. The craft of archaeology. *American Antiquity* 61(1):75-88.
- SHEPHERD, N., 2007. What does it mean “to give the past back to the people”? Archaeology and ethics in the postcolony. In: *Archaeology and capitalism: from ethics to politics*, editado por Yannis Hamilakis e Philip Duke, pp 99-114. Left Coast Press, Walnut Creek.
- SCHLANGER, N.; AITCHISON, K. (Orgs.), 2010. *Archaeology and the global economic crisis. Multiple impacts, possible solutions*. Culture Lab Editions, Tervuren.
- SMITH, C.; WOBST, M. (Orgs.), 2005. *Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice*. Routledge, New York.
- SMITH, L., 2000. “Doing archaeology”: cultural heritage management and its role in identifying the link between archaeological practice and theory. *International Journal of Heritage Studies* 6(4):309-316.
- SMITH, L., 2004. *Archaeological theory and the politics of cultural heritage*. Routledge, New York.
- TANAKA, Y., 2011. Trends in Japanese archaeological research, 2009. *Archaeologia Japonica*, novembro, pp 1-6.
- ULM, S.; MATE, G.; DALLEY, C.; NICHOLS, S., 2013. A working profile: the changing face of professional archaeology in Australia. *Australian Archaeology* 76:34-43.
- VOGEL, S. 2006. *Japan remodeled. How government and industry are reforming Japanese capitalism*. Cornell University Press, Ithaca.
- WESTERN, M.; BAXTER, J. PAKULSKI, J.; TRANTER, B.; WESTERN, J.; VAN EGMOND, M.; CHESTERS, J.; HOSKING, A.; O'FLAHERTY, M.; VAN GELLECCUM, Y., 2007. Neoliberalism, inequality and politics: the changing face of Australia. *The Australian Journal of Social Issues* 42(3):401-418.
- ZIMMERMAN, L., 2008. Unusual or “extreme” beliefs about the past, community identity, and dealing with the fringe. In: *Collaboration in archaeological practice: engaging descendent communities*, editado por Chip Colwell-Chanthaphonh e Thomas Ferguson, pp 55-86. AltaMira Press, Walnut Creek.
- ZORZIN, N. 2010. Archéologie au Québec. Portrait d'une profession. *Archéologiques* 23:1-15.
- ZORZIN, N. 2011a. Contextualising contract archaeology in Quebec. Political-economy and economic dependencies. *Archaeological Review from Cambridge* 26(1):119-135.
- ZORZIN, N. 2011b. The political economy of a commercial archaeology. A Quebec case-study. Tese de doutorado, University of Southampton, Southampton.
- ZORZIN, N. 2012. The political-economy of Victoria archaeology: an introduction and critical analysis. In: *Excavations, surveys and heritage management in Victoria*, volume 1, editado por Ilya Berelov, Mark Eccleston e David Frankel, pp 75-79. La Trobe University, Melbourne.
- ZORZIN, N. 2013. The political-economy of Japanese archaeology: reflective thoughts on current organisational dynamics. *Japanese Journal of Archaeology* 1:1-17.
- ZORZIN, N. 2014a. Heritage management and Aboriginal minorities: relations in a global economy. The contemporary challenges of Victoria (Australia). *Archaeologies* 10(2):132-167.
- ZORZIN, N. 2014b. Socio-economics of archaeology in Victoria after the Aboriginal Heritage Act 2006. In: *Excavations, surveys and heritage management in Victoria*, volumen 3, editado por Ilya Berelov, Mark Eccleston e David Frankel, pp 65-74. La Trobe University, Melbourne.
- ZORZIN, N. 2015. Archaeology and capitalism: successful relationship or economic and ethical alienation? In: *Ethics and archaeological praxis*, editado por Cristóbal Gnecco e Dorothy Lippert, pp 115-139. Springer, New York.